

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL: POR UMA
ABORDAGEM ONTOLÓGICA DA GEOGRAFIA**

Izabelle Monteiro de Moraes

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

IZABELLE MONTEIRO DE MORAES

O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER
SOCIAL: POR UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA DA
GEOGRAFIA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
para obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia.

Rio Claro - SP

2019

IZABELLE MONTEIRO DE MORAES

O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER
SOCIAL: POR UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA DA
GEOGRAFIA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
para obtenção do grau de Licenciatura em
Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (orientador)

Prof. Dr. Diego Correa Maia

Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Agradecimentos

Agradeço a oportunidade de estar escrevendo este trabalho, por toda a caminhada percorrida até aqui e por todo o conhecimento adquirido nestes anos. Agradeço também todas as pessoas que fizeram parte da minha jornada e que me motivaram sempre a continuar.

Em especial, agradeço a meus pais Vanessa e Leandro, que acreditaram em mim e me apoiaram a seguir todo este tempo, e que sem eles eu não estaria aqui hoje. Aos membros da minha família, agradeço todo o cuidado e também os grandes aprendizados que pude receber.

Aos colegas de sala, agradeço pelo acolhimento desde o início da graduação, pelos momentos que tivemos dentro e fora da sala de aula, pelas trocas de experiências e por todo o estudo que realizamos juntos. Especialmente, agradeço a minha amiga Tatyane, que esteve comigo no decorrer deste trajeto, e também ao querido Carlos Marques, uma das pessoas mais sábias que tive a honra de conhecer, que contribuiu muito na minha formação tanto acadêmica quanto pessoal, ao qual dedico este trabalho em sua memória, como “prelúdio de um longo caminho”.

Agradeço ao meu professor orientador Paulo Godoy, pela paciência e dedicação em me auxiliar nesta construção, sem a qual eu não conseguiria escrever este trabalho.

Gratidão pela vida por me permitir estar aqui vivenciando este momento, e por tudo o que realizei até agora. Que este trabalho contribua de certa forma para todos que o lerem.

RESUMO

A categoria trabalho é considerada a fundadora do ser social, aquela que diferencia o homem dos demais seres existentes, e que através do trabalho é possível transformar a natureza em valores-de-uso, conforme as necessidades humanas. O processo de trabalho consiste em projetar de antemão na consciência aquilo que se deseja realizar na prática, ou seja, ter na mente o objeto que se deseja materializar. A partir disto, o homem cria objetos que foram construídos previamente em sua consciência, caracterizando um pôr teleológico exclusivo ao gênero humano, que é capaz de idealizar algo e objetivá-lo através do trabalho. A relação com o meio é de extrema importância nesta reflexão, pois sem a natureza não seria possível a existência do homem, e muito menos sua transformação em objetos. A partir disto busca-se fazer uma correlação do tema central proposto com a Geografia, mediante a abordagem da relação homem/natureza, a produção do espaço e o consequente desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao qual estrutura a categoria trabalho de tal forma que em última estância nos encontramos diante de um trabalho alienado e sem significado para aquele que o realiza, visto que o objetivo é exclusivamente a obtenção de lucro. Tendo em vista toda a construção social motivada pelo trabalho, e a subordinação do mesmo ao capitalismo, esta pesquisa busca explicar algumas contribuições sobre este assunto realizadas por diversos autores por meio de uma análise descritiva que parte de um levantamento bibliográfico acerca desta categoria, adotando-se o método qualitativo de investigação.

Palavras-Chave: Categoria Trabalho; Ser Social; Geografia.

ABSTRACT

The category work is considered the founder of social being, the one that differentiates man from other existing beings, and that through work it is possible to transform nature into use-values, according to human needs. The work process consists of projecting beforehand into consciousness what is intended to be done in practice, that is, to have in mind the object you want to materialize. From this, man creates objects that were previously constructed in his consciousness, featuring a teleological approach unique to the human race, which is able to idealize something and objectify it through work. The relationship with the environment is extremely important in this reflection, because without nature it would not be possible the existence of man, much less its transformation into objects. From this we seek to make a correlation of the proposed central theme with Geography, by approaching the relationship between man and nature, the production of space and the consequent development of the capitalist mode of production, which structures the work category in such a way that ultimately we find ourselves faced with a work alienated and meaningless to the one who performs it, since the goal is solely to make a profit. Given the whole social construction motivated by work, and its subordination to capitalism, this research seeks to explain some contributions on this subject made by several authors through a descriptive analysis that starts from a literature review about this category, adopting the qualitative method of investigation.

Keywords: Category Work; Social being; Geography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: ABORDAGEM ONTOLÓGICA E TRABALHO NO CAPITALISMO.....	12
3. RELAÇÃO COM A NATUREZA E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO ...	25
4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	36
5. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

Para que esta pesquisa pudesse ser escrita, um longo caminho na evolução da vida humana foi necessário, assim, enquanto participante da sociedade e suas configurações e também no reconhecimento de que para participar deste período histórico foi preciso uma longa trajetória do homem enquanto ser social, buscamos refletir sobre o trabalho como categoria que funda o mundo dos homens.

Esta trajetória e emancipação do homem da natureza e dos demais seres existentes só foi possível através do trabalho, por meio do qual o homem com sua consciência baseada em uma finalidade prévia, dirige suas ações que foram anteriormente projetadas em sua mente.

A partir do trabalho o homem pôde se apropriar dos recursos naturais advindos da natureza e transformá-los em objetos de acordo com suas necessidades essenciais. Ferramentas e instrumentos para a caça e a pesca foram consideradas as primeiras manifestações materiais que os homens primitivos fizeram.

Posteriormente, estas necessidades aumentaram, além das essenciais à sobrevivência surgiram novas, que demandaram um desenvolvimento cada vez maior do homem e da sociedade, assim como a sua participação no espaço e o domínio do mesmo.

A inquietação para a realização desta pesquisa partiu da configuração econômica e social que atualmente se faz presente na sociedade capitalista, mais especificamente nas relações de trabalho que são estabelecidas e como o homem se reconhece (ou não) dentro do seu próprio trabalho.

O capitalismo nos permite analisar como a categoria trabalho se estruturou de forma que a segregação entre os detentores dos meios de produção e os possuidores de sua força de trabalho se mostrou de maneira mais evidente, processo que trouxe características dos modos de produção anteriores, e por isto abordamos brevemente sobre o feudalismo e sua disposição precedente ao modo de produção capitalista.

[...] para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender (NETTO E BRAZ, 2012, p. 98).

Buscando uma compreensão do processo que resultou na conformação atual, foi necessário principiar pela análise do trabalho enquanto categoria central na transformação do homem em ser social, diferenciando dos demais seres vivos e se constituindo como portador de uma consciência que possui a priori o resultado de seu trabalho. Para isto, nos detivemos na abordagem ontológica do ser social realizada por Georg Lukács (2013), que fundamentou nossa base de pesquisa sobre este tema perante o qual recorreremos também a outros autores para ampliar nossa análise a respeito desta categoria, como Lessa (2016), Engels (1990) e o próprio Marx (2013).

Também abordamos o capitalismo na transformação do trabalho, tendo em vista que “o modo especificamente capitalista de produção tem a sua estrutura produtiva centrada prioritariamente na atividade industrial em larga escala e a acumulação de capital baseada na exploração do trabalho assalariado” (MORAES E COSTA, 1984, p. 85). Para embasar nossos estudos a respeito, trouxemos a contribuição de Karl Marx (2013), mediante a qual enriquece as reflexões da presente pesquisa.

Partimos então no primeiro capítulo da abordagem ontológica do trabalho e de sua organização dentro do modo de produção capitalista, levando em conta como se apresentava a estrutura da sociedade antes do surgimento deste modo de produção, ou seja, partindo do feudalismo e das relações de trabalho que eram estabelecidas neste momento, e como foram se alterando no decorrer do tempo.

Ainda, analisamos como se constituiu o processo do que chamamos de salto ontológico que permitiu o homem realizar o trabalho, assim como as diferenças entre as três esferas sociais existentes dentro do pensamento de Lukács. Podemos dizer que buscamos nos primórdios da existência humana as mudanças que foram acontecendo que permitiram o homem chegar aonde chegou através do trabalho.

Também tratamos sobre o propósito do trabalho, o qual seria uma atividade orientada a um determinado fim, uma atividade que busca produzir valores de uso mediante a transformação dos recursos naturais fornecidos pela natureza em objetos que atendam às necessidades humanas.

Salientamos a importância da consciência neste processo, que possibilita o homem projetar de antemão aquilo que deseja materializar na prática, ou seja, ir do abstrato para o concreto e objetivar aquilo que antes estava presente somente na sua mente.

No segundo capítulo refletimos sobre o papel da natureza no processo de realização do trabalho, sua produção e apropriação de seus recursos naturais pelo homem, com contribuições de Marx (2013), Smith (1988), Moraes e Costa (1984) e Netto e Braz (2012).

Já no terceiro capítulo abordamos sobre a produção do espaço, construção social que determina a ação dos homens e que passou a agregar valor pelo seu processo de apropriação e valorização, através das reflexões de Lefebvre (2006), Smith (1988), Moraes e Costa (1984) e Lenin (2011). Consideramos também as contradições inerentes ao capitalismo e que se apresentam no espaço como forma desigual de desenvolvimento.

Tentamos desta forma correlacionar o tema central abordado, a categoria trabalho como fundante do ser social com a perspectiva geográfica, que traz além da relação do homem com a natureza, a análise do espaço geográfico que é essencial para a Geografia, e que assim as explanações que foram apresentadas pudessem contemplar as contribuições provenientes da formação acadêmica.

Que o leitor possa refletir sobre a estruturação da sociedade atualmente, como também as suas formas de atuação no espaço que se mostram evidentes pelo desenvolvimento da categoria trabalho.

2. SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: ABORDAGEM ONTOLÓGICA E TRABALHO NO CAPITALISMO

Com a decadência do sistema feudal e o advento do modo de produção capitalista no final do século XV e início do século XVI, houve uma reconfiguração nas funções exercidas pelos homens e consequentemente o trabalho passou a se distinguir por apresentar determinadas características pertinentes ao novo período vigente. Isto porque antes a sociedade era dividida em três classes estáticas: a nobreza, o clero e os servos, não havendo possibilidade de mudança entre elas. Analisando as diferenças entre o feudalismo e o capitalismo, no que confere ao modo de produção e as relações sociais respectivas, nos apresenta Moraes e Costa (1984, p. 62)

[...] a interpretação marxista distingue claramente o capitalismo do feudalismo, com base no caráter social dominante de cada um: no feudalismo, predomina a propriedade e a atividade agrícolas assentadas nas relações de servilismo que engendrou uma classe de senhores feudais e outra de servos. O capitalismo, diversamente, baseia-se fundamentalmente na atividade industrial e complementarmente na agricultura, comércio e serviços, além da atividade financeira. Essa estrutura econômica capitalista engendrou e se sustenta, por sua vez, em duas classes sociais distintas e antagônicas que são a burguesia e o proletariado, fundamentalmente.

Karl Marx (1818-1883), no primeiro volume de O Capital, afirma que para a consolidação das relações capitalistas, haveria antes uma “acumulação primitiva”, a qual separaria os trabalhadores da propriedade das condições para a realização do trabalho. Segundo ele (2013, p. 961)

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A transformação dos servos da gleba em trabalhadores assalariados necessitou então da “libertação” destes trabalhadores da servidão, porém com a

expropriação dos seus meios de produção e as garantias de existência que eram proporcionadas pelas instituições feudais.

Diante disto, com a incapacidade de inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho, muitos se tornaram mendigos e vagabundos, fato este que corroborou na criação de leis contra a vagabundagem no final do século XV e no decorrer do século XVI. Como exemplo, o açoitamento e o encarceramento destas pessoas esteve presente durante o reinado de Henrique VIII na Inglaterra, que garantia o açoite até o sangramento e a prestação de juramento de retorno à terra natal ou de residência em três anos para que voltassem a trabalhar.

Este processo de transição do feudalismo para o sistema capitalista no que confere às relações de trabalho e a subjugação pela força é descrito por Marx (2013, p. 983)

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.

Esta submissão é garantida pela articulação entre a burguesia e o Estado, que regula o salário dos trabalhadores para que a produção de mais-valor seja favorável, assim como o aumento da jornada de trabalho que mantém a dependência do trabalhador neste sistema.

Tendo em vista a criação de valores-de-uso através do trabalho, este se torna indispensável à vida humana, em qualquer forma de sociedade, para o intercâmbio material entre a natureza e o homem. “O trabalho, por sua vez, é a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, inclusive da sociedade capitalista. É ele que produz os bens de produção e de subsistência” (LESSA, 2016, p.142). Sobre esta produção, nos mostra ainda Lessa (2016, p.138)

[...] apenas o intercâmbio orgânico com a natureza, isto é, o trabalho, produz o conteúdo material da riqueza de qualquer formação social, seja ela qual for. A riqueza produzida pelo escravo, pelo servo ou pelo operário é apropriada pelos senhores de escravos, pelos senhores feudais ou pela burguesia. E tais classes dominantes, no passado como

hoje, utilizam parte desta riqueza apropriada para o pagamento de auxiliares imprescindíveis à reprodução da exploração da classe trabalhadora. Os custos com o Estado e os funcionários públicos, com o exército e os complexos ideológicos (escolas, política, meios de comunicação, etc.), são pagos com a riqueza produzida pelo trabalho proletário.

Portanto, é a partir do intercâmbio orgânico com a natureza que manifesta-se toda a riqueza social, e no decorrer da história de uma maneira cada vez mais complexa, salientando que com o desenvolvimento capitalista esta riqueza produzida é apreendida sob a forma do capital que se reproduz através da mais-valia, diferindo-se dos demais modos de produção em que a apropriação da riqueza é realizada por meio do próprio conteúdo material.

Quanto ao propósito do trabalho no desenvolvimento do homem enquanto ser social, considerando a sua relação com a natureza e a apropriação desta para produção de valores de uso, expõe Marx (2013, p. 335)

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

Um dos pontos chaves que gostaríamos de destacar na presente pesquisa seria o que faz o trabalho distinguir os homens dos demais seres vivos e perpetuar sua espécie através do salto ontológico da esfera biológica para a esfera do ser social, e tendo por base a consciência como mediadora das ações antevistas na mente e objetivadas no mundo exterior. É isto que explicitaremos a seguir.

Para Georg Lukács (1885-1971), autor húngaro de grande influência no século XX, a categoria trabalho seria a protoforma do agir humano, aquela que funda o ser social, sendo um intermediário entre o inorgânico e o orgânico, entre o homem e a natureza.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matériaprima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, [...] antes de mais nada assinala a

passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

A ontologia do ser social busca compreender a natureza da existência, existência esta que depende da consciência como fator fundamental para distinguir o homem das demais esferas ontológicas, que são a inorgânica e a biológica. Há que se considerar que existem três esferas propostas por Lukács (inorgânica, biológica e do ser social), e que elas estão intimamente associadas, visto que a partir da esfera inorgânica surge a vida, e a partir desta surge o ser social.

Sobre a caracterização das esferas ontológicas, nos apresenta Lessa (2016, p. 16)

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.

Portanto, sem a natureza não há ser social, visto que a existência deste último necessita da constante troca orgânica com o meio natural para a reprodução social de seu gênero, e tendo o trabalho como o causador do salto ontológico que promoveu a passagem da esfera biológica para a esfera do ser social e promovendo-o como categoria essencial na perpetuação da mesma.

Pela consciência característica do mundo dos homens, é possível que se acumule conhecimentos sobre a natureza e as relações sociais, ocorrendo a produção de novos acontecimentos, indo além da mera reprodução orgânica da esfera biológica e operando o reconhecimento que o homem possui de sua própria história e assuma o controle sobre ela. “Isto significa que o gênero humano, ao se desenvolver, desenvolve também a sua autoconsciência, o seu ser-para-si” (LESSA, 2016, p. 67).

O fato de reconhecer-se como possuidor de uma história que lhe é própria confere ao homem o poder de projetar através de sua consciência ideias que são objetivadas através do trabalho, e que sem estas várias atividades humanas não poderiam sequer existir, “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 327).

Ou seja, o homem possui uma prévia-ideação, que possibilita que sua ação seja pensada e idealizada antes de ser realizada e concretizada através de sua materialização. Conforme Lessa (2016, p. 22)

A esse momento de planejamento que antecede e dirige a ação, Lukács denominou prévia-ideação. Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática.

Para que esta prévia-ideação exista, ela deve ser realizada na prática, através do processo que Lukács denominou objetivação, que seria a materialização da prévia-ideação existente na consciência do sujeito em um objeto que é exterior a ele, e a partir disto “o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado” (MARX, 2013, p. 330). O objeto então seria a idealização objetivada, constituintes que são distintos no plano do ser, ou seja, sujeito portador da prévia-ideação e objeto materializado pelo processo de objetivação são distintos entre si, distinção esta que Lukács chamou de exteriorização.

A ocorrência da objetivação e da exteriorização proporcionadas pela prévia-ideação presente na consciência humana caracteriza a vida social e a existência do sujeito, através das modificações realizadas no mundo em detrimento da capacidade teleológica que é socialmente construída.

Para compreender o que está sendo abordado de forma mais concreta, levamos em conta que para Engels (1990), o processo de trabalho se inicia com a construção de instrumentos, mais precisamente instrumentos de caça e pesca, que eventualmente também serviam como arma, e que a criação destas

ferramentas de trabalho pressupõe, assim como Lukács nos mostra, que a ideia de como elas seriam e os materiais necessários para sua produção já estivessem projetados na mente do seu criador. Isto quer dizer que antes de materializar (objetivar) estes instrumentos para caçar e pescar, o homem já possuía em sua mente rudimentar uma prévia-ideação de como estes objetos seriam.

Portanto, no decorrer do desenvolvimento do homem, mais especificamente no desenvolvimento de sua mão através do trabalho, e também pelo consequente domínio da natureza, seria possível encontrar novas particularidades nos objetos, ampliando então seus conhecimentos e sua capacidade de objetivá-los, “[...] é iluminada a direção do desenvolvimento humano, que se livra da limitação do material originário da natureza e confere aos objetos de uso exatamente aquele caráter que corresponde às necessidades sociais humanas” (LUKÁCS, 2013, p. 59).

Vale ressaltar o papel do trabalho como razão da busca de sentido para a vida, tendo em vista a relação homem/natureza que se opera através do conhecimento da realidade posta e das necessidades existentes de reprodução social e desenvolvimento dos meios para obter determinados fins. Devemos considerar também que esta categoria em análise propulsiona o ser social para além do trabalho, levando-o a outras necessidades de dar sentido à vida que não estão presentes neste complexo, cabendo salientar aqui os complexos sociais da religião, da ideologia, da moral, da filosofia, etc.

Entretanto, no que confere a articulação entre o homem e a natureza tendo como mediação o trabalho na constituição da esfera ontológica social que busca dar sentido à vida, nos mostra Lessa (2016, p. 51)

É essa propriedade essencial ao trabalho - ser um tipo de reação ao ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo - que possibilita ao trabalho destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construir um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social.

A determinação de uma história construída cada vez mais pelos atos humanos mostra que as relações sociais no decorrer do tempo se tornaram intrínsecas e dependentes entre si, partindo da ideia de que ao se desenvolver como gênero humano, desenvolve-se também a autoconsciência, a significação e a participação constituinte na totalidade social.

[...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ENGELS, 1990, p. 10).

A totalidade social acaba sendo construída juntamente com as individualidades por meio das decisões cotidianas dos indivíduos, que constroem a si próprios dentro do processo de reprodução social e perante o estímulo à generalidade humana que é intrínseco a categoria trabalho. Ou seja, “[...] ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas” (LESSA, 2011, p. 142).

Se antes as denominadas tribos pertenciam a uma totalidade de relações sociais complexas, atualmente esta caracterização social dos homens se mostra ainda mais evidente, superando as relações meramente biológicas. Isto aponta para a estreita relação que os acontecimentos mundiais refletem na vida de cada indivíduo, tendo em vista a articulação de nossas vidas singulares com a do gênero humano.

Com o desenvolvimento do processo de sociabilização, de modo cada vez mais evidente, o gênero humano passa a exibir determinações que nem na imediatez se aproximam do gênero apenas natural. A vida de cada ser humano é crescentemente dependente da vida dos outros seres humanos: decisões tomadas em Londres podem determinar a vida ou a morte de milhares de africanos. Nos dias de hoje, o que ocorre em cada parte do mundo diz respeito a todas as pessoas: nossas vidas individuais estão tão articuladas com a do gênero humano que a trajetória deste último determina, em larga escala, o destino de cada indivíduo. (LESSA, 2016, p. 52)

A esta participação na totalidade social de relações estabelecidas cada vez mais socialmente, o trabalho é a categoria que determina a origem do ser social, sua distinção entre a esfera inorgânica/biológica para a esfera social, assim como delibera a intencionalidade de apropriação e utilização dos recursos naturais para atender as demandas do mundo dos homens, desta forma “[...] quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire o caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão” (ENGELS, 1990, p. 20).

Neste processo, a evolução do cérebro e da consciência humana exerce papel considerável, sendo que a partir disto é possível a continuidade na acumulação do devir-humano dos homens e conseqüentemente a complexificação das individualidades, além da formação da sociedade. Sobre isso nos expressa Engels (1990, p. 13)

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco, esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade.

Diante disto, a divisão do trabalho desde os primórdios da sociedade se mostra determinada socialmente, e não por razões biológicas, ou seja, “[...] toda divisão de trabalho é, desde logo, social, e o desenvolvimento das forças produtivas, e com ele o desenvolvimento da própria divisão do trabalho, a torna sempre dominantemente social” (LUKÁCS, 2010, p. 90).

O surgimento no capitalismo da classe trabalhadora já advém, portanto, com esta determinação social, tendo em vista que “é o desenvolvimento

econômico objetivo que transforma uma massa de população em trabalhadores, criando, assim, interesses comuns para situações comuns” (LUKÁCS, 2010, p. 98). É esta determinação social que acaba por diferenciar o trabalho entre os gêneros e a exploração do homem pelo homem.

Na sociedade primitiva, que não conhecia a exploração do homem pelo homem, o “trabalhador” “controla[va] a si mesmo”, o “processo de trabalho un[ia] o trabalho intelectual com o trabalho manual”. [...] Quando esta situação é superada pelas sociedades de classe, o esforço do trabalhador aumenta sobremaneira. Não apenas porque aumenta sua jornada de trabalho, a intensidade com que trabalha, etc., o que de fato ocorre. Mas também porque a sua relação com o seu trabalho se alterou ontologicamente. Na nova situação, “o trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução”, “atrai” “menos” “o trabalhador” já que “o aproveita” muito “menos” “como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.” O trabalho deixa de ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador para se converter na potência da classe dominante sobre o trabalhador explorado. (LESSA, 2011, p.156)

O que faz o homem explorar sua própria espécie? A ideia que queremos abordar é como no modo de produção capitalista as relações entre os homens se modificaram, como a categoria trabalho se estruturou de determinada maneira pela qual o objetivo é o lucro, a produção de mais-valia e a reprodução do capital.

Marx afirma que a força de trabalho aparece como uma mercadoria que se dispõe a venda para o comprador, o possuidor de dinheiro. Estabelece-se então um acordo de compra e venda desta mercadoria (força de trabalho), perante a qual estaria disponibilizada somente por um determinado período, caso contrário o indivíduo venderia a si mesmo, tornaria-se escravo pelo fato de ter se transformado na própria mercadoria. Ou seja, o possuidor da força de trabalho tem propriedade sobre ela, mas através de um acordo de venda estabelecido com um comprador interessado nesta mercadoria, o mesmo vende-a por um tempo estipulado para que não perca sua liberdade sobre ela.

O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e adquire o direito de utilizar-se por um certo tempo (uma jornada de trabalho) do seu valor de uso (que é o trabalho criador de valor). Como dispõe do direito de utilizá-la, posto que a comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que deste emprego resulte um produto superior ao valor do

que desembolsou ao comprá-la; se não pudesse fazê-lo, é óbvio que ele não a compraria (NETTO E BRAZ, 2012, p. 113-114).

Para que este processo aconteça, o trabalhador que se encontra no mercado oferecendo a sua força de trabalho, deve ser um trabalhador livre, primeiro por possuir sua força de trabalho como mercadoria, e segundo por somente a tê-la para oferecer, condição necessária para que a relação de compra e venda se estabeleça. Temos então conforme Netto e Braz (2012, p. 149)

A essência da produção capitalista está no trabalho assalariado e nas condições gerais que o possibilitam; isto é: a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para empregá-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender a força de trabalho, já que esta é o único bem que possuem.

Sobre a origem e caracterização destes agentes, comprador e vendedor de mercadoria no desenvolvimento histórico, nos revela Marx (2013, p. 315)

[...] a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.

O que o autor quer nos dizer nesta passagem é que não se trata de uma relação construída naturalmente o fato de existirem possuidores de dinheiro e possuidores somente de sua força de trabalho, mas sim de uma estruturação social que fora construída a partir de rupturas com as formas anteriores de produção social e a partir de desenvolvimentos histórico-econômicos precedentes.

As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos

produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho (NETTO E BRAZ, 2012, p. 97).

Além disto, temos o fato de que a força de trabalho possui um valor dentro do mercado, valor este definido historicamente e moralmente, a se constituir pelo valor dos meios de subsistência essenciais à conservação daquele que a possui. Estes meios de subsistência devem ser suficientes para que ocorra a manutenção da saúde do indivíduo que possui sua força de trabalho. Ou seja, deve-se garantir que o indivíduo tenha as condições necessárias para viver através dos meios que incluem alimentação, vestimenta, etc.

Uma questão a ser considerada relevante quanto à apropriação da força de trabalho no capitalismo é o fato dela ser paga somente depois de ter realizado sua função pelo período pré-determinado no contrato estabelecido entre o vendedor e o comprador, e com isso “[...] o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso, dá um crédito ao capitalista” (MARX, 2013, p. 321).

Deve ser considerada também a forma como ocorre a subordinação do trabalhador dentro da realização do trabalho, tendo em vista que além da energia do corpo que exerce a função, há a atenção focada a partir da delimitação teleológica de um fim, e então, por estes dois motivos apresentados o trabalho atrai o trabalhador em sua força física e mental, e este passa a aproveitar menos suas disposições, o que acaba por promover como consequência o processo de alienação da consciência, visto que o indivíduo já não possui o total controle sobre suas forças.

Em verdade, com o modo de produção capitalista, o poder de controle sobre a totalidade social na qual estão inseridos os burgueses e os trabalhadores recai exclusivamente nas mãos do capital, o qual controla todas as decisões e a vida dos sujeitos.

O capital, criação dos homens, passa a dominar a vida dos seus criadores. As decisões alternativas atendem prioritariamente à reprodução do capital, e não às necessidades postas pela reprodução do gênero humano. O capital, e não mais o homem, passa a ser a razão do agir dos indivíduos e a essência da formação social. (LESSA, 2016, p.84)

Tendo sob controle todas as ações sociais, o capital seria então uma criação humana que nega a si própria, que escraviza sua espécie, atendendo a demandas externas e originando assim aquilo que Lukács chamou de alienação. Este fenômeno só seria superado com a superação da exploração do homem pelo homem, da ordem social burguesa. “Sob o capital, a existência humana é reduzida à sua faceta menos humana: ou ser mero cofre para acumular capital ou, então, ser banido da civilização humana, reduzindo-se à disputa por um pedaço de pão” (LESSA, 2016, p. 84).

A alienação então seria o oposto da exteriorização, já abordada anteriormente, caracterizando-se como a negação do ser humano em oposição a sua afirmação.

Em suma, o fenômeno da alienação corresponde à criação, pelos próprios homens, no fluxo da práxis social, de obstáculos à plena explicitação do gênero humano (e, portanto, das individualidades). Ao contrário da exteriorização, que corresponde ao momento de afirmação do humano, a alienação constitui um momento socialmente posto de negação do humano, uma *negação social do ser humano*. (LESSA, 2016, p. 89)

Todo o caminho até aqui só pôde ser percorrido pelo fato de ser o trabalho a categoria fundante do homem enquanto ser social, enquanto ser diferente da natureza e dos outros animais, que projeta em sua mente ideias que são objetivadas na realidade concreta e conseqüentemente se afirma distinto do objeto criado, sendo criador e objeto distintos entre si pelo processo que Lukács chamou de exteriorização. Como consequência deste processo o homem se afirma então enquanto gênero humano.

Entretanto, com o surgimento do capitalismo e o controle das relações sociais sob a égide do capital, o trabalho passou a ter valor econômico como

mercadoria, através da venda da força de trabalho daquele que somente a possui para um capitalista que detêm os meios de produção e o dinheiro para comprá-la. Diante disto, é feito um acordo e estabelecido um período de tempo que esta força de trabalho fique disponível, o que acaba ocasionando ao trabalhador menos disposição para além da atividade que seu trabalho exige.

Estas determinações sociais acabam por alienar o homem de sua própria essência, de seu ser-para-si, pois o objetivo é a produção de mais-valia, de lucro, e com isso a sua alienação promove a perda de sentido e da afirmação enquanto gênero humano. De afirmação a sua própria negação, o mundo dos homens só estaria a salvo quando a exploração do homem pelo homem se extinguisse.

3. RELAÇÃO COM A NATUREZA E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Vimos até agora como o trabalho se apresenta como categoria fundamental no surgimento do ser social, do homem enquanto ser distinto das formas naturais de existência seja ela inorgânica ou orgânica. Entretanto, devemos levar em consideração que a natureza é essencial para que a esfera social se mantenha e que o processo de trabalho se efetue através da transformação dos meios naturais em valores de uso, e por isto nos deteremos a explorar melhor esta questão.

É necessário refletir sobre a importância de se estabelecer esta relação tendo em vista que é por meio do trabalho que se realiza o intercâmbio material do homem com a natureza, e neste sentido se torna necessário abordar a forma como foi se constituindo este vínculo no decorrer do tempo, partindo de uma ótica social na qual “o homem é visto, assim, como o sujeito da natureza e esta o seu corpo inorgânico” (MORAES E COSTA, 1984, p. 75).

Para que iniciemos uma reflexão sobre a natureza e sua relação com o homem, a fim de caracterizá-la, nos apresenta Netto e Braz (2012, p. 47)

Por natureza entendemos o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica). A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” – de fato, a natureza é uma unidade, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa.

Então, esta natureza permeia todos os níveis de existência, todas as esferas ontológicas que abordamos anteriormente dentro do pensamento de Lukács, que são elas a esfera inorgânica, a esfera biológica e a esfera do ser social. Dentro deste raciocínio, para que o homem pudesse se desenvolver até o presente momento, foi preciso antes disso que a natureza se dispusesse em sua

forma mais elementar, e com isso no decorrer do tempo as primeiras formas de vida foram surgindo, e posteriormente o homem também.

Após este período, quando o homem passou a executar o trabalho onde vivia e a sociabilização foi se expandindo, a natureza passou a ter relevância e significado por ser útil na transformação do homem em ser social, por estar sujeita às necessidades humanas como objeto de consumo.

O homem, portanto, é natureza historicamente transformada – mas o que é propriamente humano reside nessa transformação (autotransformação, já que propiciada pelo trabalho realizado pelos homens), que situa o homem para além da natureza e o caracteriza como ser social (NETTO E BRAZ, 2012, p. 51).

Portanto, podemos considerar a natureza como uma categoria social dentro do desdobramento do gênero humano, já que o condicionamento da relação do homem com ela, qualquer que seja sua forma, será sempre um condicionamento social. A partir disso, buscaremos expor a organização do pensamento de Marx sobre a natureza realizada por Neil Smith (1988), que propõe a análise desta categoria partindo da sua produção, tendo em vista que “deve-se começar a análise com a produção em geral, pois ela é a relação material básica entre os seres humanos e a natureza” (SMITH, 1988, p. 70).

Devemos salientar também a importância de considerar a análise da natureza e relacioná-la com a categoria trabalho, sendo de suma importância se quisermos entender o vínculo e a necessidade de manutenção desta para a continuidade da existência humana, visto que “as sociedades humanas agora produzem a natureza de modo tão completo que a cessação do trabalho produtivo provocaria alterações profundas na natureza, incluindo a extinção da natureza humana” (SMITH, 1988, p. 71).

Por meio da atividade realizada pelo homem através do trabalho, são alteradas as formas dos elementos naturais para que as necessidades sejam atendidas e transformadas em valores de uso (objetos) que possuam utilidade. Diante disto, o trabalho é uma perpétua condição atribuída à natureza como

manutenção da vida humana, visto que sem as modificações materiais do meio natural esta sequer poderia existir.

O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza. Neste nível abstrato, claramente, a relação com a Natureza (a troca material) é uma relação do valor-de-uso; é como um puro valor-de-uso que a Natureza entra na relação com os seres humanos (SMITH, 1988, p. 72).

A princípio as necessidades humanas se baseavam nas necessidades naturais, imprescindíveis a continuidade da espécie, como alimentação, sono, abrigo, afeto, etc, e as mesmas podiam ser atendidas pela natureza que fornecia os subsídios essenciais para suprir estas demandas, conforme é exposto por Moraes e Costa (1984, p. 76)

Todos os recursos da natureza, incluindo aí a terra, o ar, as águas, o solo, o subsolo etc., significam para o homem, num primeiro momento, o objeto universal do trabalho humano. Toda a riqueza produzida, nesse sentido, nada mais é que o resultado da transformação de objetos da natureza em objetos para satisfazer necessidades humanas.

A relação estabelecida com a natureza em momentos primitivos possuía poucas mediações, perante as quais havia uma grande dependência dos recursos de fácil acesso, as técnicas eram limitadas e a divisão de trabalho era simples.

Entretanto, cada vez mais os homens foram criando novas necessidades, necessidades estas que exigiam novas atividades produtivas para serem supridas, indo além do essencial e proporcionando um universo infinito de possibilidades de atender às demandas humanas. Com isso, os homens progridem em colaboração com a natureza através do trabalho, distinguindo-se assim dos animais e definindo que “é a atividade humana produtiva, não como um conceito geral mas como um ato histórico concreto destinado a criar os meios de subsistência, que diferencia os seres humanos dos animais” (SMITH, 1988, p. 74).

A partir disto, o intercâmbio com a natureza vai se tornando cada vez mais complexo através de mediações que a transformam de simples objeto de trabalho

para meio de trabalho, sendo possível mediante a fixação do homem no território, e que posteriormente acaba resultando em um aumento da quantidade de trabalho, além do aprimoramento do sistema produtivo e a complexidade da divisão do trabalho.

Para que toda esta configuração seja possível, a consciência determina papel crucial para a caracterização do ser social, tendo em vista a criação do homem pelo homem, mas também “nesse sentido, afirma Marx, os homens não se diferenciam dos animais apenas pela consciência que possuem, mas fundamentalmente pelo fato de que eles se organizam para produzir os seus meios de existência” (MORAES E COSTA, 1984, p. 61).

Há também o seu desenvolvimento fisiológico como sendo adaptado para o uso de instrumentos, para o exercício do trabalho, e a este respeito a evolução da mão humana é uma marca significativa que nos mostra que de simples meio de locomoção foi se aprimorando para operar ferramentas e com isso consumir a constante troca com a natureza.

Juntamente com a consciência e a fisiologia humana, a produção dos meios de subsistência essenciais à vida material ocasiona a produção de trabalhadores e a partir disto relações sociais são estabelecidas para proporcionar a reprodução da força de trabalho, a saber da mais simples que é a divisão do trabalho entre os sexos. Sobre esta questão, argumenta Smith (1988, p. 75)

Uma diferenciação biológica na natureza é reproduzida como uma divisão social do trabalho. Esta divisão do trabalho social é básica para o processo de reprodução, mas também se propala para a esfera da produção. A divisão sexual do trabalho então torna-se geral através da sociedade, e desta maneira, novamente através das finalidades da atividade humana, a própria natureza humana começa a ser diferenciada. A divisão do trabalho produz uma divisão sistemática das experiências sociais, em função das quais a natureza humana está constantemente modelada e remodelada.

Do mesmo modo que as relações sociais são estruturadas para reproduzir o trabalho dentro da sociedade, há a criação de um excedente para evitar a queda da produção com relação ao consumo, excedente este que garante a segurança face às adversidades que poderiam ocorrer e que passa a se tornar uma

necessidade social. Fazendo uma análise das categorias básicas da Economia política, no que concerne a produção deste excedente e a sua importância na evolução da sociedade, nos aponta Netto e Braz (2012, p. 69)

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho.

A partir disto, a organização social e econômica são afetadas por esta produção excedente e pelo aumento da divisão do trabalho, sendo que “[...] o excedente permanente torna-se a base da divisão da sociedade em classes” (SMITH, 1988, p. 75).

Esta sociedade dividida em classes determina a divisão entre os produtores e os consumidores do excedente que é produzido, já que uma parte da sociedade realiza o trabalho produtivo e outra deixa de realizá-lo à custa de quem o faz.

[...] a possibilidade de acumulação abre a alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos) (NETTO E BRAZ, 2012, p. 69).

Com isto surge então a separação da sociedade em senhores e escravos, considerada a primeira grande divisão social do trabalho, que acarretou na escravidão e na apropriação da mais-valia por aqueles que exploravam a força de trabalho alheia.

Com esta estruturação social gerada, a relação com a natureza também se modifica, visto que se torna preciso instituições sociais que possibilitem a organização da produção e distribuição do excedente que é produzido, e a partir disto a conexão com a natureza se dá por intermédio destas instituições criadas.

A produção de excedente social permanente, portanto, tem um efeito aparentemente contraditório. Ela propicia os meios pelos quais os seres humanos podem desenvolver maior controle sobre as suas relações com

a natureza, desde que eles possam regular mais efetivamente o suprimento necessário de valores de uso para satisfazer as necessidades naturais. Em suma, a produção de excedente social permanente leva a sociedade humana a começar o longo processo de sua própria emancipação face às restrições da natureza. Por outro lado, esse controle aumentado é necessariamente um controle social, e embora ele assessore a emancipação da sociedade humana como um todo em face da natureza, ele também favorece o desenvolvimento da diferenciação interna da sociedade e a escravidão de uma grande parte da população (SMITH, 1988, p. 76).

Portanto, é a partir da produção do excedente que torna possível a escravidão acontecer, condição que caracteriza a estruturação social do Mundo Antigo e que determina a exploração dos homens através do confronto entre os escravos e seus possuidores, além do estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção.

A partir desta produção excedente também ocorre a troca de valores de uso, que são produzidos para o intercâmbio e cujo objetivo final da produção é o valor de troca, ou seja, a comercialização. A apreensão da natureza se faz então por meio das instituições sociais que são criadas, conforme exposto mais acima, ocorrendo de forma desigual e provocando a separação entre a cidade e o campo, acarretando em uma diferenciação na forma de apropriação do espaço.

Surge então o Estado como figura de controle político, que administra a sociedade de classe a partir dos interesses daqueles que dominam, por meio da articulação econômica, militar, jurídica e ideológica, com as quais se torna possível que a divisão do trabalho seja realizada de forma estritamente determinada, onde a opressão às mulheres se torna arraigada dentro do processo produtivo, e com isso “[...] não apenas a exploração das classes e a propriedade privada surgem juntas, mas vêm acompanhadas da escravidão e da opressão feminina” (SMITH, 1988, p. 79).

Sob o mesmo ponto de vista, distingue-se as formas de realização do trabalho entre os gêneros, se antes as mulheres possuíam independência sobre o processo produtivo na agricultura, principalmente, isto se modifica pois os homens acabam por se apropriar da produção de bens para o intercâmbio, relegando às mulheres a condição de criar os filhos e cuidar dos afazeres domésticos, assim como a produção de determinados bens, condenando-as por fim à servidão.

Outra divisão do trabalho proveniente da produção para a troca é a divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental, este último se caracterizando como a capacidade de abstração conceitual das condições materiais, visto que algumas formas deste tipo de trabalho conseguem não se efetivar como trabalho produtivo, tendo em vista o pertencimento da natureza a poucas pessoas (classes) sem a execução do trabalho, apenas por sua observação. Dessa maneira, diferencia-se ainda mais aqueles que participam diretamente da troca orgânica com a natureza através do trabalho manual daqueles que apenas o realizam abstratamente, ou seja, por meio do trabalho mental.

Esta divisão do trabalho, assim como a produção do excedente evidenciam uma consequente alienação das pessoas, tanto dos trabalhadores quanto da classe dominante. Isto nos é mostrado por Smith (1988, p. 81)

A produção de excedente e consequente aumento de riqueza social não garante uma classe trabalhadora mais rica, pois há o surgimento das diferenças do trabalho meramente quantitativo. O trabalho excedente da classe trabalhadora é apropriado pela classe dominante. Contudo, qualitativamente também se altera a relação entre classe trabalhadora e natureza, pois apesar de estarem diretamente ligados à natureza pelo uso de sua capacidade de trabalho, são alienados de seu próprio produto. Por outro lado, o proprietário do produto está alienado de qualquer ligação direta, prática com a natureza, porque foi privado de seu próprio trabalho. Porém, a alienação do trabalhador não é simplesmente uma alienação do produto. Mas, por causa da crescente especialização do trabalho, é também uma alienação de seus companheiros e de si mesmo.

Ainda sobre a questão da alienação, porém agora com relação ao processo de trabalho, nos é explicitado por Marx (2006, p. 111-112)

(...) A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Desta maneira, o fenômeno da alienação, como já fora abordado no capítulo anterior, se caracteriza como sendo a negação social do ser humano, pois enquanto a sua afirmação se dá pela objetivação e exteriorização de objetos que

antes estavam presentes na consciência e que os diferem do sujeito que o tinha como prévia-ideação, após todo o processo de desenvolvimento social, da estruturação da sociedade dividida em classes, da consequente divisão do trabalho, da apropriação da força de trabalho pelos detentores dos meios de produção e do excedente que é produzido, com o objetivo de garantir o lucro dentro do modo de produção capitalista, a alienação se apresenta como uma forma de expropriação da própria consciência, a negação da existência social perante as forças externas que se articulam para que isto aconteça.

Se antes a produção de um excedente se tornou uma necessidade social determinada, agora com o estabelecimento do capitalismo a produção de um mais-valor se torna necessária, uma acumulação pela acumulação, onde as relações econômicas se organizam de maneira própria deste sistema, ocasionando então uma diferença com a natureza.

A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente. Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção (SMITH, 1988, p. 87-88).

Diante disto, a lógica capitalista impera e promove a contradição entre o campo e a cidade, com o intento de urbanizar a zona rural, com a unificação da natureza ao processo produtivo e com a consequente expansão deste sistema assegurada pelo desenvolvimento do estado capitalista e sua repressão econômica e ideológica.

Da mesma forma, a divisão do trabalho se amplia ainda mais. O trabalho científico adquire relevância como forma de auxiliar na produção da natureza na conformação das forças produtivas, tendo em vista a criação de máquinas que permitem a autonomia e o funcionamento do modo de produção vigente, “[...] produtos da indústria humana natural transformados em órgãos do homem sobre a natureza, ou da participação do homem sobre a natureza” (SMITH, 1988, p. 89).

Há também que ser considerada a divisão técnica do trabalho que é estabelecida, a qual divide em várias particularidades de procedimentos a produção de uma mercadoria, limitando a atividade individual de trabalho a algumas funções e demandando o desempenho extensivo dos trabalhadores, confrontando estes com os processos cooperativos e intelectuais que são impostos pela supremacia do capital. Sob esta lógica, o trabalhador é condicionado a permanecer privado de suas forças produtivas individuais.

O resultado mais evidente é o trabalho coletivo, ritmado, com tarefas prefixadas e especializadas. Sua expressão social é a cooperação em suas várias formas, a alienação do trabalhador e a pulverização de suas potencialidades (MORAES E COSTA, 1984, p. 86).

Por conseguinte, a conformação familiar se altera com o advento do capital, tendo em vista que antes a mulher era relegada a servidão, estando destinada a servir o homem e a cuidar dos filhos. Neste momento, ela passa a fazer parte da classe trabalhadora, garantindo também os custos da reprodução dentro da unidade familiar, mas diferentemente da família burguesa, a mulher da família proletária possui a dupla responsabilidade de encarregar-se dos afazeres domésticos e ainda vender sua força de trabalho. Temos então uma diferenciação das posições sociais ocupadas pelos indivíduos dentro da família e da sociedade em geral.

Então compreendemos que “com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é antes de mais nada uma relação de valor de troca” (SMITH, 1988, p. 94). Esta relação estabelecida com a natureza como valor de troca é ocasionada por todo o processo descrito anteriormente, que passa pelo valor de uso dos elementos essenciais que o homem se apropria para satisfazer necessidades básicas, e que depois se transforma na necessidade principal que é a obtenção do lucro.

Diante disto, a apropriação da natureza se dá de forma global pelo modo de produção capitalista, que molda o espaço de acordo com seus interesses econômicos, e a este respeito nos explicita Smith (1988, p. 96)

Nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos superestratos biológicos estão imunes à transformação pelo capital. Em forma de uma taxa de preço, todo valor de uso é derivado como solicitação do processo de trabalho, e do capital – por sua natureza, a quintessência socializada – é forçada a transformar em mercadorias todas as solicitações.

Aqui podemos abordar geograficamente a relação homem e natureza, tendo em vista que todo o espaço é apropriado pela ação humana para a produção de mercadorias, valores de troca que acabam por precificar a natureza e a subjugar-lá às predileções do capital. E ainda, que o trabalho enquanto fundador do ser social está sujeito a produzir a natureza em escala global e a sustentar o homem no centro da mesma.

Esta relação se amplia de forma social e cultural, tendo em vista a crescente quantidade de produtos que são produzidos para atender demandas além daquelas elementares à existência, e pelo fato do desenvolvimento tecnológico possibilitar a obtenção dos recursos naturais, acarretando em uma apropriação intensiva destes recursos, e neste sentido “como consequência mais visível, tem-se a retirada crescente das antigas coberturas florestais, a canalização dos rios, os aterros, os anos seguidos de modificação do solo pela agricultura” (MORAES E COSTA, 1984, p. 88).

A partir disto o homem vai cada vez mais perdendo a ligação que tinha com a natureza, e passa a estabelecer-se como ser social através do processo de desnaturalização da sociedade e ocasionando também o afastamento da própria natureza enquanto primordial, pois no espaço acaba se introduzindo o trabalho humano enquanto agente transformador do meio natural.

Além do mais, recursos naturais e o espaço são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização. A propriedade privada do solo é a expressão maior do processo histórico de separação entre os homens e seu espaço (MORAES E COSTA, 1984, p. 89).

Com a atuação do capitalismo como modo de produção vigente, a relação sociedade/espço se intensifica, considerando a concentração dos meios de produção e também da força de trabalho, o que acaba por ampliar em escala global os espaços vinculados ao processo produtivo e consequentemente de circulação.

Visto a relação estabelecida com a natureza através do trabalho, que permite a apropriação dos recursos naturais pelo homem e a sua transformação em valores de uso, e que posteriormente se transformam em valores de troca, assim como o desenvolvimento da divisão do trabalho, que compartimenta e especializa cada vez mais o processo produtivo, iremos discutir no próximo capítulo a relação entre a sociedade e o espaço, a valorização deste e a sua expressão dentro do sistema capitalista, considerando também como a categoria trabalho se manifesta.

4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A partir das ponderações feitas relacionadas ao homem e a natureza, como também sobre a produção desta, vamos agora nos deter sobre a produção do espaço, este considerado como sendo o espaço da atividade humana, sendo que “desse espaço, deve-se dizer que ele implica, contém e dissimula relações sociais. Se bem que não seja uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas (objetos e produtos)” (LEFEBVRE, 2006, p. 125).

Levando em conta a abordagem geográfica do espaço, iremos analisar o desenvolvimento desigual proporcionado pelo modo de produção capitalista e a estrutura determinada do processo produtivo no que tange a categoria trabalho.

É importante ressaltar a apreensão concreta que os homens primitivos possuíam do espaço, e que posteriormente com o desenvolvimento do pensamento conceitual por meio de contribuições da Física e da Filosofia, como também mediante o desenvolvimento de uma economia fundada na troca de mercadorias, o espaço passou a ser apreendido de forma abstrata. “Esta concepção do espaço não está ligada ao lugar imediato, mas implica a possibilidade de se abstrair do lugar imediato, e a possibilidade de se conceber uma extensão espacial para além da experiência imediata” (SMITH, 1988, p. 124).

O espaço então se desenvolve a partir de sua produção social e assume esta característica perante o espaço natural, que é possibilitada através da abstração que é realizada e que “com o objetivo de deixar raízes espaciais permanentes, isto é, obter definição territorial fixa, as sociedades primitivas devem desenvolver-se ao ponto em que possam começar a se libertar do espaço” (SMITH, 1988, p. 125).

Ocorre a separação entre o espaço público e o espaço privado, espaços designados a certas atividades específicas, como por exemplo, a caça e a coleta, e que são submetidos ao controle do homem e da mulher seguindo a divisão sexual do trabalho, a qual remete ao homem o controle do espaço público e à mulher o do espaço privado.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. [...] se examinarmos a mais antiga divisão do trabalho – a divisão sexual do trabalho entre os homens e as mulheres – acredita-se geralmente que isso tenha uma expressão territorial, com o sexo masculino geralmente começando a desenvolver um domínio espacialmente mais amplo. (SMITH, 1988, p. 152).

Posteriormente, através da evolução do caráter abstrato e social da produção espacial, tendo em vista a descontinuidade entre lugar e natureza que é ocasionada, ocorre a separação da sociedade e do espaço, como nos mostra Smith (1988, p. 125)

Pela primeira vez, as regras da sociedade podem ser a-espaciais, completamente separadas das considerações do espaço. Enquanto a atividade humana produtiva permanece ligada à terra, como a produção agrícola, a produção social do espaço separado do espaço natural torna-se de extensão limitada. Mas a divisão do trabalho em atividade industrial e atividade agrícola libera parcela do trabalho produtivo das restrições espaciais imediatas, e essa divisão social manifesta-se na separação espacial da cidade e do campo.

Este processo de separação entre a sociedade e o espaço é proporcionado também pelo surgimento do Estado, que por intermédio de sua burocracia permite a incorporação da sociedade a espaços particulares, tendo em vista que “[...] o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências” (LEFEBVRE, 2006, p. 127).

Da mesma forma, com o rompimento da concreticidade física do espaço e sua independência social, considera-se que “os primeiros indícios de uma concepção a-espacial da sociedade, uma segunda natureza a-espacial abstrata (espaço social), torna-se possível com a definição espacial explícita de Estado” (Smith, 1988, p. 126).

Portanto, cada vez mais o espaço deixa de ser importante para o intercâmbio social, levando em consideração que o desenvolvimento das relações

econômicas acarreta o consequente desenvolvimento das instituições estatais que exercem sua soberania por meio de regimentos abstratos de intercâmbio social. Consequentemente o espaço deixa de possuir uma definição inerente e se transforma em uma mercadoria que é apropriada pelo capital.

Para poder realizar a análise do espaço enquanto mercadoria, e propondo sua relação com o trabalho e também com a Geografia, considerando então o espaço geográfico, nos mostra Smith (1988, p. 130)

É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. [...] Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo.

O autor ressalta nesta passagem a importância de analisar a integração espacial de forma abrangente, através das relações espaciais que são organizadas e que apontam como se estrutura o modo de produção, além do fato de explicitar a relação entre capital e trabalho como sendo decorrente da padronização do espaço geográfico, e que esta associação e padronização espacial se desenvolvem por meio da universalidade do valor.

Assim sendo, o capitalismo anuncia o seu crescimento econômico tendo por base a expansão espacial e o aumento do predomínio do trabalho assalariado, que se mostra cada vez mais universal e que liberta sua ligação e a do capital com o espaço absoluto. Isto resulta que “estes espaços são produtos. A partir de uma matéria-prima, a natureza. São produtos de uma atividade que implica o econômico, a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos” (LEFEBRE, 2006, p. 127).

Temos como resultado desta força dirigente que tanto a natureza quanto o espaço perdem a significância enquanto agentes restritos para a reprodução do sistema, transformados em mercadorias, mas que são condição essencial para a

realização do pôr teleológico do homem através do trabalho e seu reconhecimento enquanto ser social.

Sobre a relação do espaço com as forças produtivas e o seu constante crescimento, nos mostra Lefebvre (2006, p. 117)

[...] o espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção). As forças produtivas, ao longo de seu crescimento, não se desenvolvem num espaço preexistente, vazio, neutro ou somente determinado geograficamente, climaticamente, antropologicamente etc.

O que impera neste momento é o caráter móvel do capital e do trabalho, que permeia de forma global em todas as direções, e que não necessita mais do espaço físico para se apresentar, mas ao mesmo tempo em que se emancipa deste espaço dito natural, tende a produzir o espaço relativo, visto que necessita de custos mínimos dentro do processo de produção e que acaba por se preocupar em relativizar as distâncias para atender a demandas de baixas despesas e baixos salários.

Portanto, à medida em que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre o espaço absoluto e o espaço relativo se introduz cada vez mais na própria economia espacial do capitalismo (SMITH, 1988, p. 137).

Ocupamos e produzimos o espaço na medida em que vivemos e realizamos nossas atividades cotidianas, e o mesmo acaba se tornando um meio de produção para o capitalismo, visto que a manutenção deste sistema necessita da constante produção do espaço geográfico e como consequência acarreta no desenvolvimento desigual que é promovido por este processo. Desta maneira o espaço se torna o fundamento do poder, a partir do qual o capital exerce a sua soberania e a sua reprodução.

Sobre a caracterização do espaço como um meio de produção e sua indissociabilidade das forças produtivas, das técnicas, da divisão do trabalho social, da natureza e do Estado, nos expõe Lefebvre (2006, p. 128)

Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas.

Para chegar a esta ideia de espaço como um meio de produção, supomos o seu processo de valorização, que é possível tendo em vista que “em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço” (MORAES E COSTA, 1984, p.122). Sendo assim, o modo de produção possuirá uma característica própria no processo de valorização do espaço.

Esta valorização se estabelece mediante a relação entre valor e trabalho, que são consideradas categorias essenciais no âmbito do desenvolvimento social e que permitem uma análise que sintetize o vínculo entre o valor e o espaço, logo a produção de valor através do trabalho que é realizado no espaço e que conseqüentemente promove a sua valorização.

O espaço então pode ser considerado como um valor de uso, levando em consideração que ele se caracteriza como premissa para a realização do trabalho e se torna essencial para a produção, tendo portanto um valor inerente em si, que pode ser representado pela disposição dos recursos naturais presentes em determinada parte do espaço e seus atributos.

Na ótica da valorização, a produção do espaço e seu resultado são apenas um momento (fundamental) no processo de formação do território, o que dá origem a essa parcela específica do valor do espaço, aquela criada pelo trabalho (MORAES E COSTA, 1984, p. 125).

Posto o espaço como um valor de uso, é possível que o mesmo se transforme em uma propriedade privada e que se expressa através de renda fundiária, com o conseqüente recebimento por uma parte de seu espaço físico, seja na forma de aluguel ou arrendamento. A diferença no valor cobrado varia de acordo com os atributos de cada lugar, que podem ir desde os recursos naturais como a qualidade do solo e o clima predominante ou sua localização que pode ser valorizada ou desvalorizada em relação à conformação urbana que é dada.

Também o espaço é visto como um fator de circulação, pois dentro do modo de produção capitalista a produção de mercadorias necessita de uma maior circulação, e isto acarreta na redução das distâncias por meio do aumento das escalas espaciais de produção. Ou seja, quando ocorre o aumento da produção ocorre da mesma forma o aumento do espaço que é abrangido por ela e a distância é relativizada pela intensidade do fluxo no qual a troca de mercadorias deve ocorrer.

O espaço igualmente é visto como um valor de troca, visto que “[...] com a propriedade privada e a mercantilização das relações sociais, o próprio espaço torna-se objeto de troca” (MORAES E COSTA, 1984, p. 131). A circulação neste caso é significativa para delimitar o valor do espaço, uma vez que a criação de valores está intrínseca na inter-relação entre a sociedade e o espaço.

Há também que ser considerada a característica do espaço como um objeto heterogêneo, que possui o trabalho concentrado de forma desigual e que é considerado o depositário universal da história, conforme Moraes e Costa (1984, p. 133)

[...] o espaço é ainda o depositário universal da história. Nele se acumulam trabalhos dos tempos mais remotos, num permanente ciclo de criação, reposição e transformação de objetos sobre sua superfície. O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade.

Para que o trabalho seja realizado, deve haver um lugar com condições de produção que possam ser apropriadas pelo homem para a transformação dos recursos naturais e para o desenvolvimento das técnicas e também da tecnologia como forças produtivas dentro do processo de valorização do espaço. Temos então que este processo de valorização necessita de uma prévia apropriação. A princípio o espaço então se apresenta apenas como uma condição de existência, pois não é agregado nenhum valor a ele, e o homem trabalha sobre o espaço de forma provisória. Posteriormente, com a sua fixação o trabalho se concretiza no

espaço, possibilitando que um valor seja agregado ao solo, ainda que de forma primária.

A fixação do homem ao solo representa desta forma um fator significativo, tanto no processo de desenvolvimento das forças produtivas, do exercício do trabalho em si, como também na apropriação dos recursos naturais que são utilizados e na valorização do espaço que é uma consequência de todo este desenrolar evolutivo.

Ancorado a este movimento temos que “a generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados” (MORAES E COSTA, 1984, p. 137). Após este processo de constituição territorial e estatal ocorre uma dinâmica de expansão, que para acontecer prescinde de uma concentração de recursos, trabalho e população, que permite o desenvolver da divisão do trabalho, da sociabilidade, do comércio, da acumulação de capital e do controle dos meios de produção.

O processo de concentração e expansão tornam-se fundamentais para o modo de produção capitalista, dado que a realização das trocas e o aumento dos fluxos permitem a existência de espaços ampliados. Assim, a valorização do espaço se expressa de forma mais evoluída a partir do movimento de internacionalização.

Algumas formas de valorização do espaço se fazem presentes no decorrer do percurso histórico da sociedade, levando em consideração a ideia de expansão como parte integrante da apropriação e da dinâmica espacial, como por exemplo a colonização, que se apresenta como a incorporação de territórios novos, e com isso a expansão geográfica se faz presente no modo de produção vigente e na sociedade de forma geral. Sobre a colonização de novos territórios, nos aponta Moraes e Costa (1984, p. 139-140)

Toda sociedade que esteja engendrando esta ou aquela forma de colonização estará, ao mesmo tempo, valorizando os espaços originais de seu desenvolvimento (os que contêm trabalho acumulado) e os novos espaços, em que se vê na contingência de transformar uma primeira natureza ou de recuperar e modificar as heranças espaciais porventura

existentes. A colonização manifesta, assim, aquilo que poderíamos chamar de um movimento de valorização extensiva do espaço.

Além do processo de colonização exposto acima, há ainda como valorização espacial a utilização acentuada de uma parte do planeta, que se manifesta através das cidades pela produção urbana, considerando que “através da centralização do capital, o espaço urbano é capitalizado como espaço absoluto de produção” (SMITH, 1988, p. 197). Evidencia-se então a supressão da natureza originária e a efetivação da característica social do espaço, que acumula capital em sua construção e que relativiza as distâncias, permitindo um fluxo maior por meio da acumulação do tempo no espaço.

Do mesmo modo, outras formas de valorizar o espaço se fizeram presentes, como no escravismo, no feudalismo e no próprio capitalismo, que em seu estado avançado, “na dinâmica dos preços artificiais, o capital financeiro se apropria do espaço, fazendo-o circular de uma forma abstrata” (MORAES E COSTA, 1984, p. 141). Ainda, a valorização de territórios estratégicos esteve manifesta em diversos momentos, através do domínio político de espaços que se deram através de disputas armadas e que se baseavam em questões geopolíticas.

Nos deteremos mais afundo na valorização do espaço dentro do modo de produção capitalista, e para isto se faz necessário apontar algumas características deste sistema produtivo que se faz presente até então. Dois fatores são essenciais para o entendimento de como se estrutura o capitalismo em seu processo histórico, são eles a centralização de capitais e a concentração dos meios de produção.

A concentração dos meios de produção está relacionada com o aumento da produtividade do trabalho e consequentemente o aumento da produção e também dos meios de produção. Da mesma forma, a centralização de capitais ocorre por meio da privatização de riquezas, processo este de apropriação dos meios de produção pelos seus poucos detentores.

A concentração inicial do capital em algumas mãos oferece os meios para o desenvolvimento da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidade de produtos excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação (SMITH, 1988, p. 176-177).

Associado a estes fatores, temos também o avanço técnico que aumenta a produtividade do trabalho, e com isso cada vez mais há um aumento na quantidade de capital que é investida no mercado, como também uma redução do número de capitalistas que detém o capital global, sendo que a partir destes acontecimentos, nota-se o resultado da concentração e da centralização nos monopólios. “A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o desenvolvimento dos inventos e os aperfeiçoamentos técnicos” (LENIN, 2011, p. 130).

Ainda sobre a questão da concorrência como resultado da concentração e da centralização, nos expõe Netto e Braz (2012, p. 144)

Consequência importante da concentração e da centralização do capital é a mudança que acarretam na concorrência própria ao modo de produção capitalista: à medida que ambas avançam, a concorrência tradicional – aquela em que se enfrentavam milhares de empresários – é substituída pela concorrência entre um número bem mais reduzido de grandes e poderosas empresas.

Com a intensificação da concentração dos meios de produção e a centralização de capitais juntamente com a primeira grande guerra mundial, o capitalismo passa a ter algumas características que efetivarão sua condição monopolista. Podemos citar o progresso técnico, já discutido anteriormente, porém de forma mais expressiva, o avanço de alguns ramos da produção e também a aproximação entre os capitalistas privados e o Estado.

Desta forma, ocorre também uma nova divisão internacional do trabalho “[...] com a definição de novos centros hegemônicos” (MORAES E COSTA, 1984, p. 152). Com isto, há uma intensificação das trocas e uma variação da produção no território, tendo em vista que “[...] a circulação de capital faz-se também através

do fluxo de tecnologia e de uma relativa internacionalização dos capitais produtivos sob forma de investimentos diretos em territórios estrangeiros” (MORAES E COSTA, 1984, p. 153).

Outro elemento a ser considerado é a revolução técnico-científica que possibilita o controle monopolista das relações de produção, partindo do aumento da produtividade do trabalho e da expansão das empresas, que se mostra eficaz através do domínio tecnológico que se apresenta como forma de centralização de capitais. Deste modo, “o processo de centralização é o meio mais efetivo para realizar essa concentração de trabalhadores e com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, a centralização do capital ganha continuamente cada vez mais importância” (SMITH, 1988, p. 179).

Assim sendo, a produção é controlada então por poucas empresas, organizadas em oligopólio, mediante o qual se torna possível a administração dos preços por meio dos interesses comuns que promovem uma aliança entre estas grandes empresas, tendo então que “o enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo” (LENIN, 2011, p. 118).

Todo este desenrolar afeta a estrutura de classes deste modo de produção, no qual diferentes formas de relações sociais se concretizam e também o surgimento de outras seções de classes, além das especializações no âmbito da categoria trabalho e a expansão do setor de serviços, que por sua vez acarretam em uma inclinação à urbanização da produção.

Uma das características marcantes do capitalismo contemporâneo aparece na forma pela qual a sociedade se organiza para produzir. Ao contrário das etapas anteriores, a criação de riqueza nova, ou seja, aquele processo especificamente produtivo, tende a envolver um número cada vez menor de trabalhadores (MORAES E COSTA, 1984, p. 155).

Em virtude disto, podemos compreender a redução do trabalho mediante a necessidade de auto valorização do capital pela expansão da escala de produção e produtividade como forma de contrabalançar a sua desvalorização relativa, “daí

a necessidade da expansão territorial da produção (estrito senso) com a transnacionalização das empresas e a diversificação da produção de muitas delas (os conglomerados industriais, por exemplo)” (MORAES E COSTA, 1984, p. 156).

Igualmente, a participação do Estado como forma de regular as taxas de acumulação se faz presente, associando-se aos interesses classistas e se caracterizando como um agente privatizador que intercede pelo capital global no processo de acumulação.

Mediante estas reflexões, podemos analisar como se apresenta a valorização do espaço no capitalismo. Para isto, partimos do argumento de Moraes e Costa (1984, p. 159)

Como afirmação mais elementar, pode-se dizer que a valorização capitalista do espaço é, antes de tudo, uma relação capital-espaço. [...] o espaço é uma condição geral de existência e produção da sociedade. Sendo assim, sob a hegemonia das relações capitalistas, o espaço (e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor, expresso sob forma de capital constante.

Ainda, deve-se considerar que o capital se apresenta como uma relação social, logo ele apresentará as características das ações humanas que são circunscritas no espaço e como se moldam suas formas perante os processos históricos que se dão através da busca pela homogeneização e expansão territorial.

Sendo uma condição de existência e produção social, o espaço no capitalismo tende a fazer parte do valor da produção, considerando que esta se desenvolve por meio da ocupação do espaço e também pela integração de todo o trabalho que é acumulado no decorrer da história, que assume a forma de estradas, cidades, etc.

Da mesma forma, o capitalismo se expressando por meio da privatização dos meios de produção acarreta na privatização dos espaços da superfície terrestre, que são apropriados para reproduzir todo o sistema ao qual se estabelece pelo crescente fluxo de circulação de mercadorias e aumento do lucro. Através da apropriação dos espaços e sua privatização, pode-se utilizar das formas precedentes e também construir novas para atender às demandas do

capital, além de concentrar os trabalhadores em um mesmo local para diminuir os custos da produção, conforme nos é mostrado por Smith (1988, p 182)

Onde os trabalhadores estão concentrados em um local, o custo da reprodução da força de trabalho é reduzido porque um certo número de necessidades podem ser consumidas em comum. Em particular, a jornada necessária de trabalho é mantida no mínimo, mantendo assim os salários e daí o trabalho socialmente necessário a um mínimo, e maximizando o período de trabalho excedente.

O espaço então é “consumido” pelo modo de produção capitalista, da mesma forma que a natureza se transforma em uma mercadoria, o espaço adquire este aspecto também e a partir disto “quando a sociedade capitalista se apropria de uma dada parcela do espaço, ela o consome efetivamente, isto é, extrai dali todos os seus elementos materiais e objetivos necessários para impulsionar a produção” (MORAES E COSTA, 1984, p. 161).

Com isso, a busca pela expansão da produção se relaciona diretamente com o aumento da produtividade do trabalho, produtividade esta que necessita do crescimento dos meios de produção e que tem por base o aprimoramento técnico para se apropriar do espaço, estabelecendo-se assim relações políticas com os lugares a partir da importância que os mesmos possuem para a circulação de mercadorias, tendo como consequência que “[...] pressionado pela constante ameaça de superacumulação, o capital tenta transformar os lugares em mercados para suas mercadorias, em locais de consumo” (SMITH, 1988, p. 203).

Com o intento de acumular cada vez mais capital em escalas cada vez maiores, o capitalismo assume uma relação com o espaço que se dá por meio da dinâmica do capital e da forma com a qual o Estado se articula para lidar com esta dinâmica, que se assume através de parcerias entre as empresas transnacionais ou mesmo nacionais, ocorrendo então uma internacionalização do capital.

Há que ser considerado também a transformação na relação espaço-tempo, tendo em vista que com a alta produtividade possibilitada, as distâncias são relativizadas no espaço e a circulação se torna mais rápida, considerada até mesmo uma circulação a-espacial, que se dá com a mobilidade financeira sem a necessidade do espaço para se mover. Portanto ocorre a supressão do espaço e

a interação entre os lugares se dá de forma mais intensa pela rapidez que a circulação assume.

Através da intensidade de valorização do espaço realizada pelo capital, ocorre uma integração plena das terras ao circuito, tendo em vista a revolução técnica que se desenvolve e que promove a expansão da fronteira econômica. Com isto temos, por conseguinte, a reprodução do capital como condicionante da fixação de valor ao solo por meio de uma concentração intensa de valor em um mesmo local. Algumas das consequências deste fato se dá pelo despovoamento do campo e a relativização das fronteiras que separam a cidade do campo. Este resultado nos é apresentado por Marx e Engels (2015, p. 68)

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou extraordinariamente a população urbana em relação à rural, e desse modo arrancou parte significativa da população do embrutecimento da vida rural. E do mesmo modo que tornou dependente o campo da cidade, tornou dependentes os povos bárbaros e semibárbaros dos civilizados, os povos agrícolas dos povos burgueses, o Oriente do Ocidente.

A exploração de um determinado local vai depender então da sua viabilidade, da oportunidade de investimentos que pode proporcionar, portanto, é o valor de mercado de um determinado produto que designará se é viável ou não uma certa exploração, aliado a capacidade de consumo deste mesmo produto assim como sua disponibilidade no mercado. “Os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher as localizações mais vantajosas” (SMITH, 1988, p. 191).

No que diz respeito às contradições inerentes a este modo de produção, encontramos o grande crescimento da humanidade face à realidade limitada do espaço terrestre, tendo em vista a finitude de certos recursos naturais e a escassez relativa das áreas habitáveis, e mesmo com a ampliação da produção do espaço que seria até mesmo impróprio à vida e à produção, a propriedade privada se torna uma condição restritiva para o acesso ao espaço, o que

determina um desenvolvimento desigual e a apropriação exclusiva por aqueles que detêm o poder.

Então, se mostra evidente que o capital ampliou o seu espaço de atuação e exploração, porém restringiu ainda mais o seu acesso, com a crescente negação do trabalho humano pelo despovoamento das áreas rurais e “assim, à expansão do ecúmeno, promovida pelo capitalismo, segue-se, cada vez mais, um movimento concentracionista de população” (MORAES E COSTA, 1984, p. 179). São exemplos pertinentes à concentração populacional a crescente urbanização e a incidência das metrópoles.

Em vista disto, as cidades se tornam a expressão mais clara do antagonismo entre as classes sociais, refletindo no uso do solo urbano pelos proprietários e não proprietários, e podendo ser notada também a alienação do homem perante o espaço, que se torna intensificada de acordo com a sua desidentificação com o mesmo, e desta maneira “o efeito do capital, então, foi o de diferenciar o espaço geográfico anteriormente não diferenciado” (Smith, 1988, p. 182).

Outra contradição promovida pelo capitalismo se apresenta pela humanização dos espaços que privilegiam os espaços de produção, acarretando na destruição dos recursos naturais e na degradação ambiental, visto a sua capacidade de explorar e consumir ao máximo estes recursos. Cada vez mais, temos o substrato natural sendo devastado por interesses econômicos e políticos comandados pelo capital, “da madeira às baleias e ao petróleo, a escassez comum desses recursos é uma criação social, não uma obra da natureza” (SMITH, 1988, p. 171).

Devemos considerar também como resultado da atuação do capitalismo o desenvolvimento e o subdesenvolvimento das regiões, através das quais o capital assume seu caráter móvel e permeia entre elas de acordo com a sua necessidade de acumular e controlar a taxa de lucro, dado que “a riqueza e o desenvolvimento capitalistas estão concentrados em algumas prósperas e poucas nações e a pobreza capitalista está da mesma forma segregada, embora em escala mundial” (SMITH, 1988, p. 216).

Como resultado temos então um desenvolvimento desigual que é permeado pela diferenciação do espaço geográfico que se assume como uma necessidade do capital, pois só assim o mesmo pode desempenhar sua atuação e escapar das crises. Sobre este assunto, nos mostra Smith (1988, p. 221)

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. [...] O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados.

Diante de tudo isto, realizamos até aqui ponderações sobre a forma de apropriação do espaço realizada pelo capitalismo, sua valorização, bem como a estruturação da categoria trabalho e o consequente desenvolvimento desigual que é característico deste modo de produção.

5. CONCLUSÃO

A categoria trabalho se mostra importante para a compreensão de como o homem se diferencia dos demais seres e se emancipa da natureza, através da realização do trabalho como forma de apropriação dos recursos naturais para a produção de objetos presentes anteriormente em sua mente. Esta consciência prévia de sua ação é possibilitada pelo salto ontológico para a esfera do ser social, do mundo dos homens.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1980, p. 50).

Da mesma forma, o desenvolvimento da sociedade e da apropriação da natureza para a produção de valores de uso, como também da estruturação das relações sociais, permite a consolidação do modo de produção capitalista, que tem por objetivo a produção de mais-valia e consequentemente a exploração da força de trabalho, que é então transformada em mercadoria.

Temos como resultado a compra e a venda da força de trabalho e com isso a alienação do trabalhador, processo este considerado como a negação social do ser humano, visto que a sua essência se perde sob o domínio do capital e o seu trabalho assume o papel de apenas reproduzir o sistema e agregar mais lucro para aqueles que detêm os meios de produção, sendo que “[...] dia a dia, hora a hora, são feitos servos da máquina, do encarregado e, sobretudo, de cada um dos próprios burgueses fabricantes” (MARX E ENGELS, 2015, p. 71).

Há também a importância da relação estabelecida com a natureza, mediante a qual o homem realiza seu intercâmbio material, transformando seus recursos em materiais que atendam às necessidades sociais. Sobre esta relação, nos mostra Marx (1980, p. 202)

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças.

A partir desta relação, abordamos também como a sociedade se relaciona com o espaço, por meio de sua ocupação e produção social, além da organização do mesmo pelas instituições criadas para manter a ordem do sistema produtivo. Com a atuação do capitalismo, a expansão espacial se mostra evidente, assim como o predomínio do trabalho assalariado, possibilitando assim um crescimento econômico.

Apropriação e produção do espaço se tornam características dominantes no desenvolvimento histórico da humanidade, sendo que através de sua evolução se torna possível a manutenção e reprodução do capital e também a sua sofisticação na forma de circulação de mercadorias, com a valorização espacial inerente a este modo de produção.

Sendo assim, cada vez mais se torna possível um desenvolvimento desigual, tanto dos espaços que são escolhidos para a atuação do capital, como o desenvolvimento desigual dos homens, e desta forma conforme Netto e Braz (2012, p. 58)

“[...] até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de todos os homens; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma humanização extremamente desigual – ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de humanização tem custado o sacrifício da maioria dos homens.

Buscamos então analisar como se configura a categoria trabalho desde o seu princípio na constituição do homem enquanto ser social, e também como foi se estruturando o trabalho dentro do modo de produção capitalista, perante o qual podemos ver a exploração do homem pelo homem e a sua afirmação enquanto ser distinto dos demais seres e da natureza, além de sua atuação no espaço. Portanto, se faz necessário refletir e repensar como está consolidada nossa

sociedade atualmente, quais as formas que se mostram presentes e que devem ser superadas para a real liberdade humana e o exercício de sua autonomia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, p. 13-34, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LENIN, Vladimir I. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo (e-book). **Campinas: FE/Unicamp (Navegando Publicações)**, 2011.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. Boitempo Editorial, 2002.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo editorial, 2015.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. **Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.**

MARX, K. **A Origem do Capital: a acumulação primitiva.** Tradução: Walter S. Maia. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **O capital: Livro primeiro: O processo de produção do capital.** Tradução: Reginaldo Sant'anna. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O Capital** – Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** – 3. ed. - São Paulo: EDIPRO, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v 1).

OLIVEIRA, HC de; SANTOS, JSP dos; CRUZ, Eduardo Franco Correia. **O Mundo do trabalho: concepções e historicidade**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais, 2007.

RUBIN, Isaac. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica**. Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação, v. 1, p. 33-39, 2002.